



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CONTRATADA: FUNDAÇÃO PIO XII, gerenciadora do Ambulatório Médico de Especialidades Geral de Barretos
- AME Geral Barretos.

CONTRATO DE GESTÃO

Nº (DE ORIGEM): 001.0500.000.013/2016

OBJETO: O presente **CONTRATO DE GESTÃO** tem por objeto a operacionalização da gestão e execução, pela **CONTRATADA**, das atividades e serviços de saúde no **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS** em conformidade com os Anexos Técnicos que integram o instrumento.

- a. Anexo Técnico I – Descrição de Serviços
- b. Anexo Técnico II- Sistema de Pagamento
- c. Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade

ADVOGADO (S): (*)

CONTRATO DE GESTÃO

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, no termo acima identificado e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final, e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercerem o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo, 22 de junho de 2016.

CONTRATANTE:

Nome e Cargo: **Dr. DAVID EVERSON UIP - SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**

E-mail institucional: gabinetedosecretario@saude.sp.gov.br

E-mail pessoal: david-uip@uol.com.br

CONTRATADA:

Nome e Cargo: **SCYLLA DUARTE PRATA - PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

E-mail institucional: diretoria@hcancerbarretos.com.br

E-mail pessoal: miriam.marchioreto@amebarretos.com.br

Onilda Carvalho
Procuradora
RG: 8.822.427

Assinatura:

(*) Facultativo Indicar quando já constituído

BLA/bla

Se de acordo

David Everson UIP
Secretário de Estado de Saúde

Eng. Boian Petron
Procurador
CPF 765.217.108-34
CREA 60.958/D



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços - excluindo-se laboratórios- aprovado pela CJ no Processo nº 001/0100/000.366/2006.

CONTRATO DE GESTÃO
PROCESSO Nº 001.0500.000.013/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, E A **FUNDAÇÃO PIO XII**, QUALIFICADA COMO **ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE**, PARA REGULAMENTAR O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NO **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS**.

Pelo presente instrumento, de um lado o Estado de São Paulo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, com sede nesta cidade na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, neste ato representado pelo seu Secretário de Estado da Saúde, Dr. David Everson Uip, portador do RG nº 4.509.000-2, CPF nº 791.037.668-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado **OS FUNDAÇÃO PIO XII**, com CNPJ 49.150.352/0001-12, inscrito no CREMESP sob nº 904499, com endereço na Rua Vinte, nº 221 Centro – Barretos/SP, e com estatuto arquivado no Cartório Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica – Comarca de Barretos-SP sob o Registro nº 35.411 e fls. 05/17, neste ato representada por seu Presidente, Dra. Scylla Duarte Prata, RG. 813.574, CPF 743.291.978-04, doravante denominada **CONTRATADA** tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 846, de 04 de junho de 1998, e considerando a declaração de dispensa de licitação inserida nos autos do Processo nº **Nº 001.0500.000.013/2016**, fundamentada no § 1º, do artigo 6º, da Lei Complementar nº 846/98, combinado com o artigo 26, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e ainda em conformidade com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecidos na Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90, com fundamento na Constituição Federal, em especial no seu artigo 196 e seguintes, e na Constituição do Estado de São Paulo, em especial o seu artigo 218 e seguintes, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONTRATO DE GESTÃO** referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS** cujo uso fica permitido pelo período de vigência do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1- O presente **CONTRATO DE GESTÃO** tem por objeto a operacionalização da gestão e execução, pela **CONTRATADA**, das atividades e serviços de saúde no **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS**, em conformidade com os Anexos Técnicos que integram este instrumento.

2- O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

3- Fazem parte integrante deste **CONTRATO**:

- a) Anexo Técnico I – Descrição de Serviços
- b) Anexo Técnico II- Sistema de Pagamento
- c) Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade

CLÁUSULA SEGUNDA

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Em cumprimento às suas obrigações, cabe à **CONTRATADA**, além das obrigações constantes das especificações técnicas nos Anexos e daquelas estabelecidas na legislação referente ao SUS, bem como nos diplomas federal e estadual que regem a presente contratação, as seguintes:

1- Prestar os serviços de saúde que estão especificados no Anexo Técnico I - Prestação de Serviços à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde e do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE, conforme determina a Lei Complementar nº 971/2005 e de acordo com o estabelecido neste contrato.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

- 2- Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS e do IAMSPE (Lei Complementar nº 971/2005) no estabelecimento de saúde cujo uso lhe fora permitido, nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Lei Complementar nº 846/98;
- 3- Dispor, por razões de planejamento das atividades assistenciais, de informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando o município de residência e, para os residentes nesta capital do Estado de São Paulo, o registro da região da cidade onde residem (Centro, Leste, Oeste, Norte ou Sul);
- 4- Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, de que trata a Lei Complementar nº 846/98, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
- 4.1- A responsabilidade de que trata o item anterior estende-se aos casos de danos causados por falhas relativas à prestação dos serviços, nos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 5- Restituir, em caso de desqualificação, ao Poder Público, o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores dele recebidos;
- 6- Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público;
- 6.1- Comunicar à instância responsável da **CONTRATANTE** todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência;
- 7- Transferir, integralmente à **CONTRATANTE** em caso de desqualificação e consequente extinção da Organização Social de Saúde, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde no **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS** cujo uso lhe fora permitido;
- 8- Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste **Contrato de Gestão**, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto desta avença;
- 9- Instalar no **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS**, cujo uso lhe fora permitido, “Serviço de Atendimento ao Usuário”, devendo encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde relatório mensal de suas atividades, conforme o disposto nos Anexos deste Contrato de Gestão;
- 10- Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados;
- 11- Em se tratando de serviço de hospitalização informar, sempre que solicitado, à **CONTRATANTE**, o número de vagas disponíveis, a fim de manter atualizado o serviço de atendimento da “Central de Vagas do SUS” (plantão controlador), bem como indicar, em lugar visível do estabelecimento hospitalar, o número de vagas existentes no dia;
- 11.1- Em se tratando de serviços exclusivamente ambulatoriais, integrar o Serviço de Marcação de Consultas instituído pela Secretaria de Estado da Saúde, se esta assim o definir;
- 12- Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe fora permitido, seguido pelo nome designativo “Organização Social de Saúde”;
- 13- Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato;
- 14- Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;
- 15- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto nos casos de consentimento informado, devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Consentido, quando



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

deverá haver manifestação expressa de consentimento do paciente ou de seu representante legal, por meio de termo de responsabilidade pelo tratamento a que será submetido;

16- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;

17- Afixar aviso, em lugar visível, de sua condição de entidade qualificada como Organização Social de Saúde, e de gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

18- Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato.

19- Em se tratando de serviço de hospitalização, permitir a visita ao paciente internado, diariamente, respeitando-se a rotina do serviço, por período mínimo de 02 (duas) horas;

20- Esclarecer os pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

21- Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

22- Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;

23- Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos, religiosa e espiritualmente por ministro de qualquer culto religioso;

24- Em se tratando de serviço de hospitalização, possuir e manter em pleno funcionamento:

- ❖ Comissão de Prontuário Médico;
- ❖ Comissão de Óbitos;
- ❖ Comissões de Ética Médica e de Controle de Infecção Hospitalar;

25- Fornecer ao paciente atendido, por ocasião de sua saída, seja no Ambulatório, Pronto-Socorro ou Unidade Hospitalar, relatório circunstanciado do atendimento prestado, denominado "INFORME DE ATENDIMENTO", do qual devem constar, no mínimo, os seguintes dados:

- 1- Nome do paciente
- 2- Nome da Unidade de atendimento
- 3- Localização do Serviço/Hospital (endereço, município, estado)
- 4- Motivo do atendimento (CID-10)
- 5- Data de admissão e data da alta (em caso de internação)
- 6- Procedimentos realizados e tipo de órtese, prótese e/ou materiais empregados, quando for o caso

25.1- O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento:

"Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais".

26- Colher a assinatura do paciente, ou de seus representantes legais, na segunda via do relatório a que se refere o item 25 desta cláusula, arquivando-a no prontuário do paciente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, observando-se as exceções previstas em lei;

27- Em se tratando de serviço de hospitalização assegurar a presença de um acompanhante, em tempo integral, no hospital, nas internações de gestantes, crianças, adolescentes e idosos, com direito a alojamento e alimentação.

28- Limitar suas despesas com o pagamento de remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais de Saúde a 70% (setenta por cento) do valor global das despesas de custeio das respectivas unidades.

29- A remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais de Saúde não poderão exceder os níveis de remuneração praticados na rede privada de saúde, observando-se a média de valores de, pelo menos, 10 (dez) instituições de mesmo porte e semelhante complexidade dos hospitais sob gestão das Organizações Sociais de Saúde, remuneração esta baseada em indicadores específicos divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado.

30- A contratada não poderá celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam suspensas ou impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e, ainda, com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual.

31-Remeter mensalmente à **CONTRATANTE** informações dos atendimentos realizados a pacientes contribuintes, beneficiários ou agregados do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE).

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para a execução dos serviços objeto do presente Contrato, a **CONTRATANTE** obriga-se a:

- 1- Prover a **CONTRATADA** dos meios necessários à execução do objeto deste Contrato;
- 2- Programar no orçamento do Estado, nos exercícios subsequentes ao da assinatura do presente Contrato, os recursos necessários, nos elementos financeiros específicos para custear a execução do objeto contratual, de acordo com o sistema de pagamento previsto no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, que integra este instrumento;
- 3- Permitir o uso dos bens móveis e imóveis, mediante a edição de Decreto e celebração dos correspondentes termos de permissão de uso e sempre que uma nova aquisição lhe for comunicada pela **CONTRATADA**;
- 4- Inventariar e avaliar os bens referidos no item anterior desta cláusula, anteriormente à formalização dos termos de permissão de uso;
- 5- Promover, mediante autorização governamental, observado o interesse público, o afastamento de servidores públicos para terem exercício na Organização Social de Saúde, conforme o disposto na Lei Complementar nº 846/98;
- 6- Analisar, sempre que necessário e, no mínimo anualmente, a capacidade e as condições de prestação de serviços comprovadas por ocasião da qualificação da entidade como Organização Social de Saúde, para verificar se a mesma ainda dispõe de suficiente nível técnico-assistencial para a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA

DA AVALIAÇÃO

A Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão, constituída pelo Secretário de Estado da Saúde em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 9º da Lei Complementar nº 846/98, procederá à verificação trimestral do desenvolvimento das atividades e retorno obtido pela Organização Social de Saúde com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, encaminhando cópia à Assembleia Legislativa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A verificação de que trata o "caput" desta cláusula, relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas para a **CONTRATADA**, restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades, os quais serão consolidados pela instância responsável da **CONTRATANTE** e encaminhados aos membros da Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão em tempo hábil para a realização da avaliação trimestral.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão referida nesta cláusula deverá elaborar relatório anual conclusivo, sobre a avaliação do desempenho científico e tecnológico da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os relatórios mencionados nesta cláusula deverão ser encaminhados ao Secretário de Estado da Saúde para subsidiar a decisão do Governador do Estado acerca da manutenção da qualificação da entidade como Organização Social de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA

DO ACOMPANHAMENTO



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

(sete) parcelas mensais, cujo valor corresponde a um valor fixo (1/7 de 90% do orçamento anual), e um valor correspondente à parte variável do contrato (1/7 de 10% do orçamento anual), conforme tabela abaixo:

MÊS	C.G
Janeiro	-----
Fevereiro	-----
Março	-----
Abril	-----
Maio	-----
Junho	267.111,00
Julho	890.370,00
Agosto	890.370,00
Setembro	890.370,00
Outubro	890.370,00
Novembro	890.370,00
Dezembro	890.370,00
TOTAL	5.609.331,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As parcelas mensais ficam estimadas, conforme Tabela inserida no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima e, serão pagas até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As parcelas de valor variável serão pagas mensalmente, junto com a parte fixa do Contrato, e os ajustes financeiros decorrentes da avaliação do alcance das metas da parte variável serão realizados nos meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro após análise dos indicadores estabelecidos no Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os valores de ajuste financeiro citados no parágrafo anterior serão apurados na forma disposta no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, que integra o presente **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUARTO

Os indicadores do último trimestre do ano serão avaliados no mês de Janeiro do Contrato no ano seguinte.

PARÁGRAFO QUINTO

Na hipótese da unidade não possuir um tempo mínimo de 03 (três) meses de funcionamento, a primeira avaliação dos Indicadores de Qualidade para efeitos de pagamento da parte variável do **CONTRATO DE GESTÃO**, prevista no Parágrafo 2º desta Cláusula, será efetivada no trimestre posterior.

CLÁUSULA NONA

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente **CONTRATO DE GESTÃO** poderá ser aditado, alterado, parcial ou totalmente, mediante prévia justificativa por escrito que conterá a declaração de interesse de ambas as partes e deverá ser autorizado pelo Secretário de Estado da Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA RESCISÃO

A rescisão do presente Contrato obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

A execução do presente **Contrato de Gestão** será acompanhada pela Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde, através do disposto neste Contrato e seus Anexos e dos instrumentos por ela definidos.

CLÁUSULA SEXTA
DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 05 (cinco) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

O prazo de vigência contratual estipulado nesta cláusula não exige a **CONTRATANTE** da comprovação da existência de recursos orçamentários para a efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, especificados no ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços, a **CONTRATANTE** repassará à **CONTRATADA**, no prazo e condições constantes neste instrumento, bem como no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, a importância global estimada de **R\$ 53.422.200,00** (cinquenta e três milhões, quatrocentos e vinte e dois mil e duzentos reais) que se refere ao custeio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Do montante global mencionado no "caput" desta cláusula, o valor de **R\$ 5.609.331,00** (cinco milhões, seiscentos e nove mil e trezentos e trinta e um reais) correspondente ao Custeio deste exercício financeiro, que onerará a rubrica e item conforme segue abaixo, cujo repasse dar-se-á na modalidade **CONTRATO DE GESTÃO**, conforme Instruções TCESP nº 01/2008.

CUSTEIO

UGE: 090192

Atividade: 10 302 0930 4852 0000

Natureza da Despesa: 33 90 39

Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde – Lei 141/12

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor restante correrá por conta dos recursos consignados nas respectivas leis orçamentárias, dos exercícios subsequentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os recursos repassados à **CONTRATADA** poderão ser por esta aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação revertam-se, exclusivamente, aos objetivos deste **CONTRATO DE GESTÃO**.

PARÁGRAFO QUARTO

Os recursos financeiros para a execução do objeto do presente **CONTRATO DE GESTÃO** pela **CONTRATADA** poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, receitas auferidas por serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência à saúde, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social de Saúde e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização, ficando-lhe, ainda, facultado contrair empréstimos com organismos nacionais e internacionais.

PARÁGRAFO QUINTO

A **CONTRATADA** deverá receber e movimentar **exclusivamente** em conta corrente aberta em **Instituição Oficial** os recursos que lhe forem passados pela **CONTRATANTE**, constando como titular a unidade pública sob sua gestão, de modo a que não sejam confundidos com os recursos próprios da **OSS CONTRATADA**. Os respectivos extratos de movimentação mensal deverão ser encaminhados mensalmente à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

No primeiro ano de vigência do presente contrato, o somatório dos valores a serem repassados fica estimado em **R\$ 5.609.331,00** (cinco milhões, seiscentos e nove mil e trezentos e trinta e um reais) referente a recursos de Custeio, sendo que o repasse a **CONTRATADA** será efetivada mediante a liberação de 7



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Verificada qualquer hipótese ensejadora da rescisão contratual, o Poder Executivo providenciará a imediata revogação do decreto de permissão de uso dos bens públicos, a cessação dos afastamentos dos servidores públicos colocados à disposição da **CONTRATADA**, não cabendo à entidade de direito privado sem fins lucrativos direito a qualquer indenização, salvo na hipótese prevista no § 2º do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATANTE**, que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da **CONTRATADA**, o Estado de São Paulo arcará com os custos relativos à dispensa do pessoal contratado pela Organização para execução do objeto deste contrato, independentemente de indenização a que a **CONTRATADA** faça jus.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATADA**, a mesma se obriga a continuar prestando os serviços de saúde ora contratados, por um prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da denúncia do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO

A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da rescisão do Contrato, para quitar suas obrigações e prestar contas de sua gestão à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

DAS PENALIDADES

A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato e seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a **CONTRATANTE**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o disposto no § 2º do artigo 7º da Portaria nº 1286/93, do Ministério da Saúde, quais sejam:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".

PARÁGRAFO TERCEIRO

Da aplicação das penalidades a **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso, dirigido ao Secretário de Estado da Saúde.

PARÁGRAFO QUARTO

O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à **CONTRATADA** e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual, garantindo-lhe pleno direito de defesa.

PARÁGRAFO QUINTO

A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito de a **CONTRATANTE** exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

DISPOSIÇÕES FINAIS

1- É vedada a cobrança por serviços médicos, hospitalares ou outros complementares da assistência devida ao paciente.

2- Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela **CONTRATANTE** sobre a execução do presente Contrato, a **CONTRATADA** reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS - Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo, ou de notificação dirigida à **CONTRATADA**.

3- Fica acordado que os direitos e deveres atinentes à entidade privada sem fins lucrativos subscritora deste instrumento serão sub-rogados para a Organização Social de Saúde por ela constituída, mediante a instrumentalização de termo de retificação ao presente contrato.

4- A **CONTRATADA** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa apresentada ao Secretário de Estado da Saúde e ao Governador do Estado, propor a devolução de bens ao Poder Público Estadual, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATO DE GESTÃO** será publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

DO FORO

Fica eleito o Foro da Capital, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 22 de junho de 2016.

Onícia Cavallho
Procuradora
RG: 8.822.42

SCYLLA DUARTE PRATA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engº Bolan Petron
Procurador
CPF 765.217.108-34
CREA 60.958/D

DR. DAVID EVERSON UIP
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Se de acordo

David Everson Uip
Secretário de Estado da Saúde

Testemunhas:

1) Brisa Larissa Andrade
Nome:
R.G.: 48.677.820-4

2) Euzângela
Nome: EUZÂNGELA DOS SANTOS
R.G.: 28165315X

BLA/bla



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

ANEXO TÉCNICO I

(a que se reporta o Anexo I, da Resolução SS - 120, de 14 de novembro de 2013)

DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS

I - CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A **CONTRATADA** atenderá com seus recursos humanos e técnicos aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde e do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual – IAMSPE (Lei Complementar nº 971/2005), oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia (unidade hospitalar, exclusivamente ambulatorial, ou outros).

O Serviço de Admissão da **CONTRATADA** solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde.

O acesso aos exames de apoio diagnóstico e terapêutico realizar-se-á de acordo com o fluxo estabelecido pela Secretaria Estadual de Saúde.

O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela **CONTRATADA** serão efetuados através dos dados registrados no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela **CONTRATANTE**.

1. ATENDIMENTO AMBULATORIAL

O atendimento ambulatorial compreende:

- ♦ Primeira consulta
- ♦ Interconsulta
- ♦ Consultas subsequentes (retornos)
- ♦ Procedimentos terapêuticos realizados por ESPECIALIDADE não médicas
- ♦ Cirurgias ambulatoriais (Cirurgias Maiores Ambulatoriais e cirurgias menores ambulatoriais)
- ♦ Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico Externo
- ♦ Sessões de tratamento: hemoterapia, litotripsia, hemodiálise, hemodinâmica, radioterapia e quimioterapia.

1.1 Entende-se por primeira consulta, a visita inicial do paciente encaminhado pela rede/UBS-Unidades Básicas de Saúde, ao Ambulatório, para atendimento a uma determinada especialidade médica. No caso de atendimento não médico a primeira consulta deve se dar apenas na especialidade de fisioterapia, quando disponibilizada para unidades externas.

1.2 Entende-se por interconsulta, a primeira consulta realizada por outro profissional em outra especialidade, com solicitação gerada pela própria instituição, tanto no que se refere ao atendimento médico quanto ao não médico.

1.3 Entende-se por consulta subsequente, todas as consultas de seguimento ambulatorial, em todas as categorias profissionais, decorrentes tanto das consultas oferecidas à rede básica de saúde quanto às subsequentes das interconsultas.

1.4 Os atendimentos referentes a processos terapêuticos de média e longa duração, tais como, sessões de Fisioterapia, Psicoterapia, etc., os mesmos, a partir do 2º atendimento, devem ser registrados como procedimentos terapêuticos realizados (sessões) por ESPECIALIDADE não médicas.

1.5 As consultas realizadas pelo Serviço Social não serão consideradas no total de consultas ambulatoriais, serão apenas informadas conforme as normas definidas pela Secretaria da Saúde.

1.6 Serão consideradas intervenções cirúrgicas ambulatoriais aqueles procedimentos cirúrgicos terapêuticos ou diagnósticos que não requeiram internações hospitalares. Serão classificados como Cirurgia Maior Ambulatorial (CMA) os procedimentos cirúrgicos terapêuticos ou diagnósticos, que pressupõe a presença do médico anestesista, realizados com anestesia geral, locoregional ou local, com ou sem sedação que requeiram cuidados pós-operatórios de curta duração, não necessitando internação hospitalar. Serão classificados como cirurgia menor ambulatorial (cma) os procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

realizados com anestesia local ou troncular que podem ser realizados em consultório, sem a presença do médico anestesista, e que dispensam cuidados especiais no pós-operatório. Salientamos que o registro da atividade cirúrgica classificada como ambulatorial se dará pelo Sistema de Informação Ambulatorial (SIA).

1.7 Com relação às Sessões de Tratamento: Quimioterapia, Hemodiálise, Hemodinâmica, etc., o volume realizado mensalmente pela unidade será informado com destaque, para acompanhamento destas atividades, conforme as normas definidas pela Secretaria da Saúde.

2. PROGRAMAS ESPECIAIS E NOVAS ESPECIALIDADE DE ATENDIMENTO

Se, ao longo da vigência deste Contrato, de comum acordo entre os contratantes, **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS** se propuser a realizar outros tipos de atividades diferentes daquelas aqui relacionadas, seja pela introdução de novas ESPECIALIDADES médicas, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia ou pela introdução de novas categorias de exames laboratoriais, estas atividades poderão ser previamente autorizadas pela **CONTRATANTE** após análise técnica, sendo quantificadas separadamente do atendimento rotineiro da unidade e sua orçamentação econômico-financeira será discriminada e homologada através de Termo Aditivo ao presente contrato.

II – ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

II.1 ATENDIMENTO AMBULATORIAL NO ANO DE 2016 (ESPECIALIDADE médicas)

CONSULTA MÉDICA	1º semestre						2º semestre						Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Primeira Consulta	-	-	-	-	-	450	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	9.450
Interconsulta	-	-	-	-	-	120	400	400	400	400	400	400	2.520
Consulta Subsequente	-	-	-	-	-	904	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	3.012	18.976
Total	-	-	-	-	-	1.474	4.912	4.912	4.912	4.912	4.912	4.912	30.946

MÉDICAS	2016	MÉDICAS	2016
Acupuntura	X	Infectologia	X
Alergia / Imunologia	X	Nefrologia	X
Anestesiologia	X	Neonatologia	
Cardiologia	X	Neurologia	X
Cirurgia Cardiovascular		Neurologia Infantil	X
Cirurgia Geral	X	Obstetrícia	
Cirurgia Pediátrica		Oftalmologia	X
Cirurgia Plástica	X	Ortopedia/Traumatologia	X
Cirurgia Vascular	X	Otorrinolaringologia	X
Dermatologia	X	Pneumologia	X
Endocrinologia	X	Pneumologia Infantil	
Endocrinologia Infantil	X	Proctologia	
Fisiatria		Psiquiatria	
Gastroenterologia		Reumatologia	X
Geriatría		Urologia	X
Ginecologia	X	Clínico Geral	
Hematologia	X		



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

II.2 ATENDIMENTO NÃO MÉDICO no ano de 2016

CONSULTA NÃO MÉDICA	1º semestre						2º semestre						Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Primeira Consulta	-	-	-	-	-	221	736	736	736	736	736	736	4.637
Sessões	-	-	-	-	-	180	600	600	600	600	600	600	3.780
Total	-	-	-	-	-	401	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	8.417

NÃO MÉDICAS	2016	NÃO MÉDICAS	2016
Enfermeiro	X	Psicólogo	X
Farmacêutico		Terapeuta Ocupacional	
Fisioterapeuta	X	Odontologia/Buco Maxilo	
Fonoaudiólogo		Outros	
Nutricionista	X		

II. 3 CIRURGIAS AMBULATORIAIS NO ANO DE 2016

Cirurgia Ambulatorial	1º semestre						2º semestre						Total
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CMA (MAIOR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cma (menor)	-	-	-	-	-	42	140	140	140	140	140	140	882
Total	-	-	-	-	-	42	140	140	140	140	140	140	882

II. 4 - SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO EXTERNO – SADT EXTERNO (ÂMBITO HOSPITALAR OU EXCLUSIVAMENTE AMBULATORIAL) NO ANO DE 2016

O Ambulatório oferecerá os serviços de SADT abaixo relacionados, na quantidade de 11.529 **exames** no presente contrato no exercício de 2016, a pacientes **EXTERNOS** ao Ambulatório, isto é, àqueles pacientes que foram encaminhados para realização de atividades de SADT por outros serviços de saúde, obedecendo ao fluxo estabelecido pela Secretaria Estadual da Saúde, nas quantidades especificadas:

SADT EXTERNO	1º semestre						2º semestre						Total
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Radiologia	-	-	-	-	-	75	250	250	250	250	250	250	1.575
Ultrassonografia	-	-	-	-	-	231	770	770	770	770	770	770	4.851
Tomografia Comp.	-	-	-	-	-	141	470	470	470	470	470	470	2.961
Endoscopia	-	-	-	-	-	102	340	340	340	340	340	340	2.142
Total	-	-	-	-	-	549	1.830	1.830	1.830	1.830	1.830	1.830	11.529

Os exames para apoio diagnóstico e terapêutico aqui elencados estão subdivididos de acordo com a classificação utilizada pela NOAS - Norma Operacional de Assistência à Saúde/SUS para os procedimentos do SIA/SUS - Sistema de Informação Ambulatorial e suas respectivas tabelas.

III – CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS À CONTRATANTE

A **CONTRATADA** encaminhará à **CONTRATANTE** toda e qualquer informação solicitada, na formatação e periodicidade por esta determinadas.

As informações solicitadas referem-se aos aspectos abaixo relacionados:



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

- Relatórios contábeis e financeiros;
- Relatórios referentes aos Indicadores de Qualidade estabelecidos para a unidade;
- Relatório de Custos;
- Pesquisa de satisfação de pacientes e acompanhantes;
- Outras, a serem definidas.

ANEXO TÉCNICO II

(a que se reporta o Anexo I, da Resolução SS - 120, de 14 de novembro de 2013)

SISTEMA DE PAGAMENTO

I - Com a finalidade de estabelecer as regras e o cronograma do Sistema de Pagamento, ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

1. A atividade assistencial da **CONTRATADA** subdivide-se em 02 (duas) modalidades, conforme especificação e quantidades relacionadas no ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços, nas modalidades abaixo assinaladas:

(X) Consulta Médica

(X) Atendimento não médico

1.1 As modalidades de atividade assistenciais acima assinaladas referem-se à rotina do atendimento a ser oferecido aos usuários da unidade sob gestão da **CONTRATADA**.

2. Além das atividades de rotina, a unidade poderá realizar outras atividades, submetidas à prévia análise e autorização da **CONTRATANTE**, conforme especificado no item 02 do ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços.

3. O montante do orçamento econômico-financeiro do **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS**, para o exercício de 2016, fica estimado no valor de **R\$ 5.609.331,00 (cinco milhões, seiscentos e nove mil e trezentos e trinta e um reais)**, e compõe-se da seguinte forma:

4. Os pagamentos à **CONTRATADA** dar-se-ão na seguinte conformidade:

Linha de Contratação	%	Valor
Consulta médica	72%	4.038.718,32
Atendimento não médico	4%	224.373,24
Cirurgia	7%	392.653,17
SADT Externo	17%	953.586,27

4.1 90% (noventa por cento) do valor mencionado no item 03 (três) serão repassados em 7 (sete) parcelas mensais, sendo:

Mês	Valor 90%
Junho	240.399,90
Julho	801.333,00
Agosto	801.333,00
Setembro	801.333,00
Outubro	801.333,00
Novembro	801.333,00
Dezembro	801.333,00
TOTAL	5.048.397,90



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

4.2 10% (dez por cento) do valor mencionado no item 03 (três) serão repassados mensalmente, juntamente com as parcelas, vinculadas à avaliação dos indicadores de qualidade e conforme sua valoração, de acordo com o estabelecido no Anexo Técnico III - Indicadores de Qualidade, parte integrante deste **CONTRATO DE GESTÃO**;

Mês	Valor 10%
Junho	26.711,10
Julho	89.037,00
Agosto	89.037,00
Setembro	89.037,00
Outubro	89.037,00
Novembro	89.037,00
Dezembro	89.037,00
TOTAL	560.933,10

4.3 A avaliação da parte variável será realizada nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, podendo gerar um ajuste financeiro a menor nos meses subsequentes, dependendo do percentual de alcance dos indicadores, pelo **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS** –;

5. Visando o acompanhamento e avaliação do **CONTRATO DE GESTÃO** e o cumprimento das atividades estabelecidas para a **CONTRATADA** no ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços, a mesma deverá encaminhar mensalmente, até o dia 11 do mês, a documentação informativa das atividades assistenciais realizadas pelo **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS**.

5.1. As informações acima mencionadas serão encaminhadas através dos registros no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, de acordo com normas e prazos estabelecidos pela **CONTRATANTE**;

5.2. As informações mensais relativas à produção assistencial, indicadores de qualidade, movimentação de recursos econômicos e financeiros e dados do Sistema de Custos Hospitalares, serão encaminhadas via Internet, através do site www.gestao.saude.sp.gov.br, disponibilizado pela **CONTRATANTE** e de acordo com normas, critérios de segurança e prazos por ela estabelecidos;

5.3. O aplicativo disponibilizado na Internet emitirá os relatórios e planilhas necessárias à avaliação mensal das atividades desenvolvidas pelo **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS – AME GERAL BARRETOS** e estabelecerá, através de níveis de acesso previamente definidos, a responsabilidade legal pelos dados ali registrados.

6. A **CONTRATANTE** procederá à análise dos dados enviados pela **CONTRATADA** para que sejam efetuados os devidos pagamentos de recursos, conforme estabelecido na Cláusula 8ª do **CONTRATO DE GESTÃO**.

7. A cada período de 03 (três) meses, a **CONTRATANTE** procederá à consolidação e análise conclusiva dos dados do trimestre findo, para avaliação e pontuação dos indicadores de qualidade que condicionam o valor do pagamento de valor variável citado no item 04 (quatro) deste documento.

8. Nos meses de Julho e Dezembro, a **CONTRATANTE** procederá à análise das quantidades de atividades assistenciais realizadas pela **CONTRATADA** do semestre findo, verificando e avaliando os desvios (para mais ou para menos) ocorridos em relação às quantidades semestrais estabelecidas neste **CONTRATO DE GESTÃO**.

9. Da análise semestral referida no item anterior, poderá resultar uma re-pactuação das quantidades de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada através de Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste semestral e anual do **CONTRATO DE GESTÃO**.

10. A análise referida no item 08 (oito) deste documento não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos Aditivos ao **CONTRATO DE GESTÃO** em relação às cláusulas que quantificam as atividades assistenciais a serem desenvolvidas pela **CONTRATADA** e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, a qualquer momento, se condições e/ou ocorrências excepcionais incidirem de forma muito intensa sobre as atividades do hospital, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência ali prestada.

II - SISTEMÁTICA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

II. 1 AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE
(Parte Variável do Contrato de Gestão)

Os valores percentuais apontados na tabela abaixo, para valoração de cada um dos indicadores serão utilizados para o cálculo do valor variável a ser pago, conforme especificado no item 4.2 (quatro dois) deste documento.

II.2 AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS DESVIOS NAS QUANTIDADES DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL
(Parte Fixa do Contrato de Gestão)

- Os ajustes dos valores financeiros decorrentes dos desvios constatados serão efetuados nos meses subsequentes aos períodos de avaliação, que ocorrerão nos meses de Julho e Dezembro.
- A avaliação e análise das atividades contratadas constantes deste documento serão efetuadas conforme explicitado nas Tabelas que se seguem. Os desvios serão analisados em relação às quantidades especificadas para cada modalidade de atividade assistencial especificada no ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços e gerarão uma variação proporcional no valor do pagamento de recursos a ser efetuado à **CONTRATADA**, respeitando-se a proporcionalidade de cada tipo de despesa especificada no item 03 (três) deste documento.

TABELA I – Para Contratos de Gestão para gerenciamento de Unidades exclusivamente Ambulatoriais e outros tipos de atividades

CONSULTAS MÉDICAS	Acima do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade ambulatorial - médica
	Entre 85% e 100% do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade ambulatorial - médica
	Entre 70% e 84,99% do volume pactuado	90% do peso percentual da atividade ambulatorial - médica X orçamento do ambulatório (R\$)
	Menos que 70% do volume pactuado	70% do peso percentual da atividade ambulatorial - médica X orçamento do ambulatório (R\$)
ATENDIMENTO NÃO MÉDICO	Acima do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade atendimento não médico
	Entre 85% e 100% do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade atendimento não médico
	Entre 70% e 84,99% do volume pactuado	90% do peso percentual da atividade atendimento não médico X orçamento do ambulatório (R\$)
	Menos que 70% do volume pactuado	70% do peso percentual da atividade atendimento não médico X orçamento do ambulatório (R\$)
CIRURGIA AMBULATORIAL	Acima do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade de cirurgia ambulatorial
	Entre 85% e 100% do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade cirurgia ambulatorial
	Entre 70% e 84,99% do volume pactuado	90% do peso percentual da atividade cirurgia ambulatorial X orçamento do ambulatório (R\$)
	Menos que 70% do volume pactuado	70% do peso percentual da atividade cirurgia ambulatorial X orçamento do ambulatório (R\$)
SADT EXTERNO	Acima do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade SADT
	Entre 85% e 100% do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade SADT
	Entre 70% e 84,99% do volume pactuado	90% do peso percentual da atividade SADT X orçamento do ambulatório (R\$)
	Menos que 70% do volume pactuado	70% do peso percentual da atividade SADT X orçamento do ambulatório (R\$)



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

ANEXO TÉCNICO III

INDICADORES DE QUALIDADE

Os Indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da unidade.

A complexidade dos indicadores é crescente e gradual, considerando o tempo de funcionamento da unidade. Com o passar do tempo, a cada ano, novos indicadores são introduzidos e o alcance de um determinado indicador no decorrer de certo período, torna este indicador um pré-requisito para que outros indicadores mais complexos possam ser avaliados, desta forma, os indicadores que são pré-requisitos para os demais continuam a ser monitorados e avaliados, porém já não têm efeito financeiro.

IMPORTANTE: *Alguns indicadores têm sua acreditação para efeito de pagamento no 2º, ou no 3º ou no 4º trimestres. Isto não significa que somente naquele período estarão sendo avaliados. A análise de cada indicador, a elaboração de pareceres avaliatórios e o encaminhamento dessa avaliação a cada Ambulatório serão efetuados mensalmente, independentemente do trimestre onde ocorrerá a acreditação de cada indicador para o respectivo pagamento.*

A cada ano é fornecido um Manual que estabelece todas as regras e critérios técnicos para a avaliação dos Indicadores utilizados para o cálculo da parte variável do **CONTRATO DE GESTÃO**.

PRÉ- REQUISITOS:

- ✓ PERDA PRIMÁRIA
- ✓ TAXA DE ABSENTEÍSMO
- ✓ TAXA DE CANCELAMENTO CIRURGIA
- ✓ ÍNDICE DE RETORNO
- ✓ ALTA GLOBAL

PESOS PERCENTUAIS DOS INDICADORES DEFINIDOS PARA O ANO DE 2016

INDICADORES	TRIMESTRES			
	1º	2º	3º	4º
Comissão de Revisão de Prontuários	-	20%	20%	20%
Política de Humanização	-	30%	30%	30%
Qualidade na Informação	-	50%	50%	50%

Práticas Referentes as Atividades Prestadas, Respondendo Civil e Criminalmente pelo não Cumprimento de Tais Exigências, Ficando Inclusive Sujeito(S) Ao Cancelamento Deste Documento. Caraguatubá, Segunda-Feira, 20-06-2016. 5. Comunicado de Definitivo Referente A: Protocolo: 110352 Data de Protocolo: 19/06/2015 Cevs: 352040090-864-000005-15 Data de Validade: 15/03/2017 Razão Social: dudm Laboratório de Análise Clínica Ltda Epp Cnpj/Cpf: 03032148000463 Endereço: av. Princesa Isabel, 1682-03 Perequê Município: Iha Bela Cep: 11630-000 Uf: sp Resp. Legal: wilson Alaguir Duca Cpf: 971.230.808-15 Resp. Técnico: Bruno Francisco de Lima Duca Cpf: 313.126.228-30 Cbo: Conselho Prof. No. Ins.: Uf: sp O Diretor da GVS XXVIII Caraguatubá, Defere a Renovação de Licença Funcionamento do Estabelecimento. O(S) Responsável(s) assume(m) Cumprir a Legislação Vigente e Observar as Boas Práticas Referentes as Atividades Prestadas, Respondendo Civil e Criminalmente pelo não Cumprimento de Tais Exigências, Ficando Inclusive Sujeito(S) Ao Cancelamento Deste Documento. Caraguatubá, Segunda-Feira, 20-06-2016. 6. Comunicado de Definitivo Referente A: Protocolo: 77158 Data de Protocolo: 06/05/2016 Cevs: 352040090-863-000072-18 Data de Validade: 17/05/2017 Razão Social: Christiane Andrea Correa Cnpj/Cpf: 03354610862 Endereço: rua do Mangue, 59 Perequê Município: Iha Bela Cep: 11630-000 Uf: sp Resp. Legal: Christiane Andrea Correa Cpf: 093.546.108-62 Resp. Técnico: Christiane Andrea Correa Cpf: 093.546.108-62 Cbo: Conselho Prof. No. Ins.: Uf: sp O Diretor da GVS XXVIII Caraguatubá, Defere a Renovação de Licença Funcionamento do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXXI - SOROCABA

Subgrupo de Vigilância Sanitária de Itapetininga

Despachos da Diretoria, de 21-6-2016

Tornando Público:

Comunicado de Início de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro

Produto: Sanduíche de Hambúrguer de Carnes de Aves e Bovina e Queijo Processado Sabor Cheddar Congelado - Marca: Sadia

Proc.: 001.0736.024/2016 - 03-02-2016
BRF S/A - Rod. Mário Batista Mori, Km 33 2.950 Tatal - SP

Comunicado de Início de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro

Produto: Escondidinho de Carne Moída com Purê de Batata Congelado - Marca: Sadia

Proc.: 001.0736.070/2016 - 13-04-2016
BRF S/A - Rod. Mário Batista Mori, Km 33 2.950 Tatal - SP

Comunicado de Início de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro

Produto: Misturas para o Preparo de Alimentos e Alimentos Prontos para o Consumo - Marca: Sadia

Proc.: 001.0736.196/2016 - 06-06-2016
BRF S/A - Rod. Mário Batista Mori, Km 33 2.950 Tatal - SP

Comunicado de Cancelamento de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro

Produto: Sanduíche de Hambúrguer de Carne Bovina Sabor Picanha e Queijo Processado Sabor Cheddar - Marca: Sadia

Proc.: 001.0736.118/2014 Prot. 18933/2016 Data: 03-02-2016
BRF S/A - Rod. Mário Batista Mori, Km 33 2.950 Tatal - SP

Comunicado de Cancelamento de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro

Produto: Hot Pocket X Burger para Microondas - Marca: Sadia

Proc.: 001.0736.421/2014 Prot. 18933/2016 Data: 03-02-2016
BRF S/A - Rod. Mário Batista Mori, Km 33 2.950 Tatal - SP

Comunicado de Cancelamento de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro

Produto: Escondidinho de Frango com Purê de Batata Congelado - Marca: Sadia

Proc.: 001.0736.029/2014 Prot. 18933/2016 Data: 03-02-2016
BRF S/A - Rod. Mário Batista Mori, Km 33 2.950 Tatal - SP

Comunicado de Cancelamento de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro

Produto: Strogonoff de Frango - Marca: Sadia

Proc.: 001.0736.060/2015 Prot. 18933/2016 Data: 03-02-2016
BRF S/A - Rod. Mário Batista Mori, Km 33 2.950 Tatal - SP

Comunicado de Cancelamento de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro

Produto: Filé de Frango a Parmegiana Marca: Sadia

Proc.: 001.0736.059/2015 Prot. 18933/2016 Data: 03-02-2016
BRF S/A - Rod. Mário Batista Mori, Km 33 2.950 Tatal - SP

Comunicado de Cancelamento de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro

Produto: Sanduíche de Hambúrguer de Carne Bovina e Carne de Frango Sabor Picanha e Queijo Processado Sabor Cheddar Congelado - Marca: Perdigo

Proc.: 001.0736.240/2015 Prot. 18933/2016 Data: 03-02-2016
BRF S/A - Rod. Mário Batista Mori, Km 33 2.950 Tatal - SP

Comunicado de Cancelamento de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro

Produto: Sanduíche de Hambúrguer de Carne Bovina e Carne de Frango e Queijo Processado Sabor Prato - Marca: Perdigo

Proc.: 001.0736.241/2015 Prot. 18933/2016 Data: 03-02-2016
BRF S/A - Rod. Mário Batista Mori, Km 33 2.950 Tatal - SP

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Termo de Retirificação ao Contrato de Gestão

Termo de Retirificação ao Contrato de Gestão: 02/16
Processo: 001.0500.000.1302015

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde
Contratada: Cruzada Bandeirante São Camilo de Assistência Médico - Social

CNPJ: 00.598.448/0001-80
Do Objeto: O presente Termo de Retirificação tem por objeto o repasse de recursos financeiros de investimento à Contratada, visando à aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Geral de Itapetininga. Será repassada a importância de R\$ 299.200,00 em parcela única no mês de junho do presente exercício e que onerará a:

Paulista. Será repassada a importância de R\$ 49.917,60 em parcela única no mês de junho e que onerará a:

UFG: 090192
Atividade: 10.302.0930.4852.0000
Natureza da Despesa: 44.50.42

Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde - Lei: 141/12
Data de Assinatura: 20-06-2016
Vigência: 16-12-2016

Comunicado

Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusividade ambulatorial e outros tipos de serviços, incluindo-se laboratórios, aprovado pela CJ no Processo 001/0100000.366/2006.

Contrato de Gestão
Processo 001.0500.000.013/2016

Contrato Que Entre Si Celebram o Estado de São Paulo, por Intermediário da Secretaria de Estado da Saúde, e a Fundação Pro XII, qualificada como Organização Social de Saúde, para Regular o Desenvolvimento das Ações e Serviços de Saúde, no Ambulatório Médico de Especialidades Geral de Barretos - AME Geral Barretos.

Pelo presente instrumento, de um lado o Estado de São Paulo, por Intermediário da Secretaria de Estado da Saúde, com sede nesta cidade na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, neste ato representado pelo seu Secretário de Estado da Saúde, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado O(S) denunciado(s) CONTRATADO(s), tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 846/98, combinado com o artigo 26, da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993 e alterações posteriores, e ainda em conformidade com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecidos na Lei Federal 8.080/90 e 8.142/90, com fundamento na Constituição Federal, em especial no seu artigo 196 e seguintes, e na Constituição do Estado de São Paulo, em especial o seu artigo 218 e seguintes, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO DE GESTÃO referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS - AME GERAL BARRETOS cujo uso fica permitido pelo período de vigência do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1- O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS - AME GERAL BARRETOS, em conformidade com os Anexos Técnicos que integram este instrumento.

2- O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

3- Fazem parte integrante deste CONTRATO:

a) Anexo Técnico I - Descrição de Serviços;
b) Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento;
c) Anexo Técnico III - Indicadores de Qualidade

CLÁUSULA SEGUNDA

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Em cumprimento às suas obrigações, caberá à CONTRATADA, além das obrigações constantes das especificações técnicas nos Anexos e daquelas estabelecidas na legislação referente ao SUS, bem como nos diplomas federal e estadual que regem a presente contratação, as seguintes:

1- Prestar os serviços de saúde que estão especificados no Anexo Técnico I - Prestação de Serviços à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde e do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE, conforme determina a Lei Complementar 971/2005 e de acordo com o estabelecido neste contrato.

2- Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS e do IAMSPE (Lei Complementar 971/2005) no estabelecimento de saúde cujo uso lhe for permitido, nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Lei Complementar 846/98.

3- Dispor, por razões de planejamento das atividades assistenciais, de informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando o município de residência e, para os residentes nesta capital do Estado de São Paulo, o registro da região da cidade onde residem (Centro, Leste, Oeste, Norte ou Sul).

4- Responsabilizar-se pela identificação de dano decorrente de omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis sob sua guarda, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

4.1- A responsabilidade de que trata o item anterior estende-se aos casos de danos causados por falhas relativas à prestação dos serviços, nos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11-09-1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5- Restituir, em caso de desqualificação, ao Poder Público, o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores dele recebidos;

6- Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público;

6.1- Comunicar à instância responsável da CONTRATANTE todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência;

7- Transferir, integralmente à CONTRATANTE em caso de desqualificação e consequente extinção da Organização Social de Saúde, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde no AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS - AME GERAL BARRETOS cujo uso lhe for permitido;

8- Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto desta avença;

9- Instalar no AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS - AME GERAL BARRETOS, cujo uso lhe for permitido, "Serviço de Atendimento ao Usuário", devendo encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde relatório mensal de suas atividades, conforme o disposto nos Anexos deste Contrato de Gestão;

10- Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados;

11- Em se tratando de serviço de hospitalização informar, sempre que solicitado, à CONTRATANTE, o número de vagas disponíveis, a fim de manter atualizado o serviço de atendimento da "Central de Vagas do SUS" (planta controlador), bem como indicar, em lugar visível do estabelecimento hospitalar, o número de vagas existentes no dia;

11.1- Em se tratando de serviços exclusivamente ambulatoriais, integrar o Serviço de Marcação de Consultas instituído pela Secretaria de Estado da Saúde, se esta assim o definir;

12- Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe for permitido, seguido pelo nome designativo "Organização Social de Saúde";

13- Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato;

14- Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivamento, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, ressaltados os prazos previstos em lei;

15- Não realizar nem permitir que terceiros utilizem o estabelecimento para fins de experimentação, exceto nos casos de consentimento informado, devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Consentido, quando deverá haver manifestação expressa de consentimento do paciente ou de seu representante legal, por meio de termo de responsabilidade pelo tratamento a que será submetido;

16- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;

17- Afixar aviso, em lugar visível, de sua condição de entidade qualificada como Organização Social de Saúde, e de gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

18- Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato;

19- Em se tratando de serviço de hospitalização, permitir a visita ao paciente internado, diariamente, respeitando-se a rotina do serviço, por período mínimo de 02 (duas) horas;

20- Esclarecer os pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

21- Responder a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obstrução legal;

22- Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;

23- Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos, religiosa e espiritualmente por ministro de qualquer culto religioso;

24- Em se tratando de serviço de hospitalização, possuir e manter em pleno funcionamento:

- Comissão de Prontuário Médico;
- Comissão de Óbitos;
- Comissões de Ética Médica e de Controle de Infecção Hospitalar;

25- Fornecer ao paciente atendido, por ocasião de sua saída, seja no Ambulatório, Pronto-Socorro ou Unidade Hospitalar, relatório circunstanciado do atendimento prestado, denominado "INFORME DE ATENDIMENTO", do qual devem constar, no mínimo, os seguintes dados:

1- Nome do paciente
2- Localidade do atendimento
3- Localização do Serviço/Hospital (endereço, município, estado)

4- Motivo do atendimento (CID-10)
5- Data de admissão e data de alta (em caso de internação)
6- Procedimentos realizados e tipo de órtese, prótese e/ou materiais empregados, quando for o caso

7- O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento:

"Esta carta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais".

26- Colher a assinatura do paciente, ou de seus representantes legais, na vigência do relatório a que se refere o item 25 desta cláusula, arquivando-a no prontuário do paciente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, observando-se as exceções previstas em lei;

27- Em se tratando de serviço de hospitalização assegurar a presença de um acompanhante, em tempo integral, no hospital, nas internações de gestantes, crianças, adolescentes e idosos, com direito a alojamento e alimentação;

28- Limitar suas despesas com o pagamento de remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais de Saúde a 70% do valor global das despesas de custeio das respectivas unidades;

29- A remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais de Saúde não poderão exceder os níveis de remuneração praticados na rede privada de saúde, observando-se a média de valores de, pelo menos, 10 (dez) instituições de mesmo porte e semelhante complexidade dos hospitais sob gestão das Organizações Sociais de Saúde, remuneração esta baseada em indicadores específicos divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado;

30- A Contratada não poderá celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam suspensas ou impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e, ainda, com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual;

31- Remeter mensalmente à CONTRATANTE informações dos atendimentos realizados a pacientes contribuintes, beneficiários ou agregados do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE).

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1- Realizar os serviços objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE obriga-se a:

1- Prover a CONTRATADA dos meios necessários à execução do objeto deste Contrato;

2- Programar no orçamento do Estado, nos exercícios subsequentes ao da assinatura do presente Contrato, os recursos necessários, nos elementos financeiros específicos para custear a execução do objeto contratual, de acordo com o sistema de pagamento previsto no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, que integra este instrumento;

3- Permitir o uso dos bens móveis e imóveis, mediante a edição de Decreto e celebração dos correspondentes termos de permissão de uso e sempre que uma nova aquisição lhe for comunicada pela CONTRATADA;

4- Inventariar e avaliar os bens referidos no item anterior desta cláusula, anteriormente à formalização dos termos de permissão de uso;

5- Promover, mediante autorização governamental, observado o interesse público, o afastamento de servidores públicos para serem exercidos na Organização Social de Saúde, conforme o disposto na Lei Complementar 846/98;

6- Analisar, sempre que necessário e, no mínimo anualmente, a capacidade e as condições de prestação de serviços comprovadas por ocasião da qualificação da entidade como Organização Social de Saúde, para verificar se a mesma ainda dispõe de suficiente nível técnico-assistencial para a execução dos objetivos e atividades nele previstas;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão, constituída pelo Secretário de Estado da Saúde em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 9º da Lei Complementar 846/98, procederá à verificação trimestral do desempenho das atividades e dos resultados obtidos pela Organização Social de Saúde com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, encaminhando cópia à Assembleia Legislativa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A verificação de que trata o "caput" desta cláusula, relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas para a CONTRATADA, respingará-se aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no

desenvolvimento das respectivas atividades, os quais serão consolidados pela instância responsável da CONTRATANTE e encaminhados aos membros da Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão em tempo hábil para a realização da avaliação trimestral.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão referida nesta cláusula deverá elaborar relatório anual conclusivo, sobre a avaliação do desempenho técnico e tecnológico da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os relatórios mencionados nesta cláusula deverão ser encaminhados ao Secretário de Estado da Saúde para subsidiar a decisão do Governador do Estado acerca da manutenção da qualificação da entidade como Organização Social de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA
DO ACOMPANHAMENTO

A execução do presente Contrato de Gestão será acompanhada pela Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde, através do disposto neste Contrato e seus Anexos e dos instrumentos por ela definidos.

CLÁUSULA SEXTA
DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 05 (cinco) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

O prazo de vigência contratual estipulado nesta cláusula não exime a CONTRATANTE da comprovação da existência de recursos orçamentários para a efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, especificados no ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes neste instrumento, bem como no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, a importância global estimada de R\$ 53.422.000,00 que se refere ao custeio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Do montante global mencionado no "caput" desta cláusula, o valor de R\$ 5.609.331,00 correspondente ao Custeio deste exercício financeiro, que onerará a rubrica e item conforme segue abaixo, cujo repasse dar-se-á na modalidade CONTRATO DE GESTÃO, conforme Instruções TCSP 01/2008.

CUSTEIO
UFG: 090192
Atividade: 10.302.0930.4852.0000
Natureza da Despesa: 33.90.39
Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde - Lei 141/12

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor restante correrá por conta dos recursos consignados nas respectivas leis orçamentárias, dos exercícios subsequentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os recursos repassados a CONTRATADA poderão ser por esta aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação revertam-se, exclusivamente, aos objetivos deste CONTRATO DE GESTÃO.

PARÁGRAFO QUARTO

Os recursos financeiros para a execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO pela CONTRATADA poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, restando-lhes por serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência à saúde, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social de Saúde e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização, ficando-lhe, ainda, facultado contrair empréstimos com organismos nacionais e internacionais.

PARÁGRAFO QUINTO

A CONTRATADA deverá receber e movimentar exclusivamente em conta corrente aberta em Instituição Oficial os recursos que lhe forem passados pela CONTRATANTE, constando como titular a unidade pública sob sua gestão, de modo a que não sejam confundidos com os recursos próprios da OSS CONTRATADA. Os respectivos extratos de movimentação mensal deverão ser encaminhados mensalmente à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

No primeiro ano de vigência do presente contrato, o somatório dos valores a serem repassados fica estimado em R\$ 5.609.331,00 refere-se a recursos de Custeio, sendo que o repasse a CONTRATADA será efetivado mediante a liberação de 7 (sete) parcelas mensais, cujo valor corresponde a um valor fixo (1/7 de 50% do orçamento anual), e um valor correspondente à parte variável do contrato (1/7 de 10% do orçamento anual), conforme tabela abaixo:

MÊS	CG
Jan	
Fev	
Mar	
Abr	
Mai	
Jun	257.111,00
Jul	896.370,00
Ago	896.370,00
Sep	896.370,00
Out	896.370,00
Nov	896.370,00
Dez	896.370,00
TOTAL	5.609.331,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As parcelas mensais ficam estimadas, conforme Tabela inserida no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima, e serão pagas até o 5º dia útil de cada mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As parcelas de valor variável serão pagas mensalmente, junto com a parte fixa do Contrato, e os ajustes financeiros decorrentes da avaliação do alcance das metas da parte variável serão realizados nos meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro após análise dos indicadores estabelecidos no Anexo Técnico III - Indicadores de Qualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os valores de ajuste financeiro citados no parágrafo anterior serão apurados na parte final do Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, que integra o presente CONTRATO.

PARÁGRAFO QUARTO

Os indicadores do último trimestre do ano serão avaliados no mês de Janeiro do Contrato no ano seguinte.

PARÁGRAFO QUINTO

Na hipótese da unidade não possuir um tempo mínimo de 03 (três) meses de funcionamento, a primeira avaliação dos Indicadores de Qualidade para efeitos de pagamento da parte variável do CONTRATO DE GESTÃO, prevista no Parágrafo 2º desta Cláusula, será efetivada no trimestre posterior.

CLÁUSULA NONA<

decreto de permissão de uso dos bens públicos, a cessação dos afastamentos dos servidores públicos colocados à disposição da CONTRATADA, não cabendo à entidade de direito privado sem fins lucrativos direito a qualquer indenização, salvo na hipótese prevista no § 2º do artigo 79 da Lei Federal 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO
Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATANTE, que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da CONTRATADA, o Estado de São Paulo arcará com os custos relativos à dispensa do pessoal contratado pela Organização para execução do objeto deste contrato, independentemente de indenização a que a CONTRATADA faça jus.

PARÁGRAFO TERCEIRO
Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATADA, a mesma se obriga a continuar prestando os serviços de saúde ora contratados, por um prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da denúncia do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO
A CONTRATADA terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da rescisão do Contrato, para quitar suas obrigações e prestar contas de sua gestão à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA
DA PENALIDADES

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato e seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o disposto no § 1º do artigo 7º da Portaria 1286/93, do Ministério da Saúde, quais sejam:

- a) Multa;
- b) Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, quando perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que motivar a consideração sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO
As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea "b".

PARÁGRAFO TERCEIRO
Da aplicação das penalidades a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso, dirigido ao Secretário de Estado da Saúde.

PARÁGRAFO QUARTO
O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à CONTRATADA e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual, garantindo-lhe o pleno direito de defesa.

PARÁGRAFO QUINTO
A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não extingirá o direito de a CONTRATANTE exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou cíveis do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA
DISPOSIÇÕES FINAIS

1.4 A veracidade da cobrança por serviços médicos, hospitalares ou outros complementares da assistência devida ao paciente.

2- Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela CONTRATADA, reconhece-se a execução do presente Contrato, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS - Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo, ou de notificação dirigida à CONTRATADA.

3- Fica acordado que os direitos e deveres afins à execução privada sem fins lucrativos supostamente deste instrumento serão sub-rogados para a Organização Social de Saúde por ela constituída, mediante a instrumentalização de termo de retrocessão ao presente contrato.

4- A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa apresentada ao Secretário de Estado da Saúde e ao Governador do Estado, propor a devolução de bens ao Poder Judiciário, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA
DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATO DE GESTÃO será publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA
DO FORO

Fica eleito o Foro da Capital, com renúncia de qualquer outro, por parte privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

2. PROGRAMAS ESPECIAIS E NOVAS ESPECIALIDADE DE ATENDIMENTO

Se, ao longo da vigência deste Contrato, de comum acordo entre os contratantes, AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES GERAL DE BARRETOS - AME GERAL BARRETOS se propor a realizar outros tipos de atividades diferentes daquelas aqui relacionadas, seja pela introdução de novas ESPECIALIDADES MÉDICAS, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia ou pela introdução de novas categorias de exames laboratoriais, estas atividades poderão ser previamente autorizadas pela CONTRATANTE após análise técnica, sendo quantificadas separadamente do atendimento rotineiro da unidade e sua organização econômico-financeira será discriminada e homologada através de Termo Aditivo ao presente contrato.

II - ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

II.1 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL NO ANO DE 2016 (ESPECIALIDADES MÉDICAS)

CONSULTA MÉDICA	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Primeira Consulta	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	18.000
Interconsulta	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	4.800
Consulta Subsequente	904	3.212	3.212	3.212	3.212	3.212	3.212	3.212	3.212	3.212	3.212	3.212	39.468
Total	1.414	4.912	4.912	4.912	4.912	4.912	4.912	4.912	4.912	4.912	4.912	4.912	58.268

II.2 - ATENDIMENTO NÃO MÉDICO no ano de 2016

CONSULTA NÃO MÉDICA	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Primeira Consulta	221	736	736	736	736	736	736	736	736	736	736	736	8.832
Sessão	180	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	7.200
Total	401	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	16.032

II.3 - ATENDIMENTO NÃO MÉDICO no ano de 2016

CONSULTA NÃO MÉDICA	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Primeira Consulta	221	736	736	736	736	736	736	736	736	736	736	736	8.832
Sessão	180	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	7.200
Total	401	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	1.336	16.032

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença dos testemunhas abaixo.

São Paulo, 22-06-2016.

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Testemunhas:

1) Nome:

2) Nome:

R.G.:

ANEXO TÉCNICO I

(a que se reporta o Anexo I, da Resolução SS - 120, de 14-11-2013)

DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS

1 - CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A CONTRATADA atenderá com seus recursos humanos e técnicos aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde e do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE (Lei Complementar 971/2005), oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadram nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia (unidade hospitalar, exclusivamente ambulatorial, ou outposts).

O Serviço de Admissão da CONTRATADA solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde.

O acesso aos exames de apoio diagnóstico e terapêutico realizar-se-á de acordo com o fluxo estabelecido pela Secretaria Estadual de Saúde.

O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela CONTRATADA serão efetuados através dos dados registrados no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela CONTRATANTE.

1.1 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL

O atendimento ambulatorial compreende:

- Primeira consulta
- Interconsulta
- Consultas subsequentes (retornos)
- Procedimentos terapêuticos realizados por ESPECIALIDADE

DE não médicas

- Cirurgias ambulatoriais (Cirurgias Menores Ambulatoriais e cirurgias menores ambulatoriais)

- Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico Especializado

- Sessões de tratamento: hemoterapia, litotripsia, hemodiálise, hemodinâmica, radioterapia e quimioterapia.

1.1 Entende-se por primeira consulta, a visita inicial do paciente encaminhado pela rede/UBS-Unidades Básicas de Saúde, ao Ambulatório, para atendimento a uma determinada especialidade médica. No caso de atendimento não médico a primeira consulta deve ser dar-se nas especialidades de fisioterapia, quando disponibilizada para unidades externas.

1.2 Entende-se por interconsulta, a primeira consulta realizada por outro profissional em outra especialidade, com solicitação gerada pela própria instituição, tanto no que se refere ao atendimento médico quanto ao não médico.

1.3 Entende-se por consulta subsequente, todas as consultas de seguimento ambulatorial, em todas as categorias profissionais, decorrentes das consultas oferecidas à rede básica de saúde quanto às subsequentes das interconsultas.

1.4 As atendimentos referentes a processos terapêuticos de média e longa duração, tais como, sessões de fisioterapia, psicoterapia, etc., os mesmos, a partir do 2º atendimento, devem ser registrados como procedimentos terapêuticos realizados (sessão) por ESPECIALIDADE não médicas.

1.5 As consultas realizadas pelo Serviço Social não serão consideradas no total de consultas ambulatoriais, sendo apenas informadas conforme as normas definidas pela Secretaria da Saúde.

1.6 Serão consideradas intervenções cirúrgicas ambulatoriais aqueles procedimentos cirúrgicos terapêuticos ou diagnósticos que não requeiram internações hospitalares. Serão classificados como Cirurgia Menor Ambulatorial (CMA) os procedimentos cirúrgicos terapêuticos ou diagnósticos, que pressupõe a presença do médico anestesiologista, realizados com anestesia geral, locorregional ou local, com ou sem sedação consciente, internação hospitalar, de curta duração, não necessitando internação hospitalar. Serão classificados como cirurgia menor ambulatorial (CMA) os procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade realizados com anestesia local ou tranquilizante que podem ser realizados em consultório, sem a presença do médico anestesiologista, e que dispensam cuidados especiais no pós-operatório.

Salientamos que o registro da atividade cirúrgica classificada como ambulatorial se dará pelo Sistema de Informação Ambulatorial (SIA).

1.7 Com relação às Sessões de Tratamento: Quimioterapia, Hemodiálise, Hemodinâmica, etc., o volume realizado mensalmente pela unidade será informado com destaque, para acompanhamento destas atividades, conforme as normas definidas pela Secretaria da Saúde.

Formulários

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

Fluxograma

ÍNDICE DE RETORNO

- ALTA GLOBAL

PESOS PERCENTUAIS DOS INDICADORES DEFINIDOS PARA O ANO DE 2016

INDICADORES	1º TR	2º TR	3º TR	4º TR
Conteúdo de Fichas de Pontuação	20%	20%	20%	20%
Política de Humanização	30%	30%	30%	30%
Qualidade da Informação	50%	50%	50%	50%

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Despachos do Coordenador

De 17-6-2016

Assunto: Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

Assunto: Aquisição de Material

Processo: 001/0705/000.519/2015

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

objetivando a aquisição de peças/materiais para reposição

em equipamentos hospitalares, por meio da empresa Drager

Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 02.535.707/0001-28, com

fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal - 8.666/93 e

suas atualizações posteriores e, em conformidade com o artigo

26 dos diplomas legais citados.

De 20-6-2016

Assunto: Hospital Heliópolis

Assunto: Contratação

Processo: 001/0131/000.332/2016

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Hospital Heliópolis, objetivando a

realização de manutenção corretiva única, com substituição de

peça, em equipamento hospitalar, Pacemaker - 78659, por meio

da empresa Ge Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para

Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda, CNPJ 00029372/0003-2

com fundamento no artigo 25, caput, inciso I, da Lei Federal -

8.666/93 e suas atualizações posteriores e, em conformidade com

o artigo 26 dos diplomas legais citados.

Assunto: Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

Assunto: Aquisição de Material

Processo: 001/0705/000.191/2016

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

objetivando a aquisição de peças/materiais para reposição

em equipamentos hospitalares, por meio da empresa Drager

Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 02.535.707/0001-28, com

fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal - 8.666/93 e

suas atualizações posteriores e, em conformidade com o artigo

26 dos diplomas legais citados.

De 20-6-2016

Assunto: Hospital Heliópolis

Assunto: Contratação

Processo: 001/0131/000.332/2016

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Hospital Heliópolis, objetivando a

realização de manutenção corretiva única, com substituição de

peça, em equipamento hospitalar, Pacemaker - 78659, por meio

da empresa Ge Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para

Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda, CNPJ 00029372/0003-2

com fundamento no artigo 25, caput, inciso I, da Lei Federal -

8.666/93 e suas atualizações posteriores e, em conformidade com

o artigo 26 dos diplomas legais citados.

Assunto: Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

Assunto: Aquisição de Material

Processo: 001/0705/000.191/2016

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

objetivando a aquisição de peças/materiais para reposição

em equipamentos hospitalares, por meio da empresa Drager

Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 02.535.707/0001-28, com

fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal - 8.666/93 e

suas atualizações posteriores e, em conformidade com o artigo

26 dos diplomas legais citados.

De 20-6-2016

Assunto: Hospital Heliópolis

Assunto: Contratação

Processo: 001/0131/000.332/2016

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Hospital Heliópolis, objetivando a

realização de manutenção corretiva única, com substituição de

peça, em equipamento hospitalar, Pacemaker - 78659, por meio

da empresa Ge Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para

Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda, CNPJ 00029372/0003-2

com fundamento no artigo 25, caput, inciso I, da Lei Federal -

8.666/93 e suas atualizações posteriores e, em conformidade com

o artigo 26 dos diplomas legais citados.

Despacho CSS: 2650/2016

Assunto: Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

Assunto: Recurso - penalidade de multa aplicada em face

de Gobbi Tecnologia Ambiental Ltda - EPP

Processo: 001.0705.000.413/2013

Isto posto, conheço do recurso interposto para, no mérito,

negar-lhe provimento, haja vista que a decisão anterior

proferida foi motivada e fundamentada pelas razões supra

mençãoadas, bem como os termos apresentados em recurso

não afastaram o inadimplemento contratual cometido pela

interessada, a fim de manter a penalidade de multa aplicada

pela Diretoria Técnica de Saúde III do Instituto Dante Pazzanese

de Cardiologia à empresa Gobbi Tecnologia Ambiental Ltda -

EPP - CNPJ 13.434.330/0004-37 no valor de total de R\$ 1.271,01

correspondente ao percentual de 20% sobre a base mensal dos

serviços contratados referentes ao Pregão Eletrônico - 312/2013,

calculados na forma determinada pela Resolução SS-26, de

06/02/99. Fica concedido o prazo de 30 dias para recolhimento,

sujeitando-se à inscrição do débito em sistema de dívida ativa,

além de registro junto ao Cadm e Causp no caso de não paga-

mento no prazo concedido.

CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRADA EM SAÚDE

MENTAL PHILIPPE PINEL

Comunicado

Comunicamos aos(s) fornecedores(s) abaixo relacionados,

que se encontra à disposição, a partir desta publicação, a(s) Nota(s)

de Empenho, que deverão ser retiradas no prazo máximo de

5 dias corridos, no Núcleo de Compras e Almoxxarifado do

Caism Philippe Pinel sito à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães

- 5.214 - Pirituba - São Paulo, sob pena de sujeitarem às

sanções cabíveis por descumprimento das obrigações.

Processo - Nota de Empenho - CNPJ - Empresa

159/2016 - 2016NE00485 - 06.303.712/0001-66 - RM Control

de Pragas Ltda - EPP

De 20-6-2016

Assunto: Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

Assunto: Aquisição de Material

Processo: 001/0705/000.191/2016

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

objetivando a aquisição de peças/materiais para reposição

em equipamentos hospitalares, por meio da empresa Drager

Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 02.535.707/0001-28, com

fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal - 8.666/93 e

suas atualizações posteriores e, em conformidade com o artigo

26 dos diplomas legais citados.

De 20-6-2016

Assunto: Hospital Heliópolis

Assunto: Contratação

Processo: 001/0131/000.332/2016

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Hospital Heliópolis, objetivando a

realização de manutenção corretiva única, com substituição de

peça, em equipamento hospitalar, Pacemaker - 78659, por meio

da empresa Ge Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para

Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda, CNPJ 00029372/0003-2

com fundamento no artigo 25, caput, inciso I, da Lei Federal -

8.666/93 e suas atualizações posteriores e, em conformidade com

o artigo 26 dos diplomas legais citados.

Assunto: Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

Assunto: Aquisição de Material

Processo: 001/0705/000.191/2016

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

objetivando a aquisição de peças/materiais para reposição

em equipamentos hospitalares, por meio da empresa Drager

Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 02.535.707/0001-28, com

fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal - 8.666/93 e

suas atualizações posteriores e, em conformidade com o artigo

26 dos diplomas legais citados.

De 20-6-2016

Assunto: Hospital Heliópolis

Assunto: Contratação

Processo: 001/0131/000.332/2016

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Hospital Heliópolis, objetivando a

realização de manutenção corretiva única, com substituição de

peça, em equipamento hospitalar, Pacemaker - 78659, por meio

da empresa Ge Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para

Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda, CNPJ 00029372/0003-2

com fundamento no artigo 25, caput, inciso I, da Lei Federal -

8.666/93 e suas atualizações posteriores e, em conformidade com

o artigo 26 dos diplomas legais citados.

Assunto: Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

Assunto: Aquisição de Material

Processo: 001/0705/000.191/2016

Ratifica a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor

Técnico de Saúde III do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia

objetivando a aquisição de peças/materiais para reposição

em equipamentos hospitalares, por meio da empresa Drager

Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 02.535.707/0001-28, com

fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal - 8.666/93 e

suas atualizações posteriores e, em conformidade com o artigo

26 dos diplomas legais citados.

HOSPITAL GERAL DOUTOR MANOEL BIFULCO -

SÃO MATEUS

Portaria - 29 - HGSMDMB, de 20-6-2016

O Diretor Técnico do Departamento de Saúde do Hospital

Geral de São Mateus, considerando o que estabelece a Portaria

do Ministério da Saúde - 1.262, de 16-06-2006, publicada em

DOU de 19-06-2006, que "aprova o Regulamento Técnico para

estabelecer as atribuições, deveres e indicadores de eficiência e

do potencial de doação de órgãos e tecidos relativos às Comis-

sões intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para

Transplante (CHODTT)", delibera:

Artigo 1º - Cessar a partir desta data, a designação dos

servidores que compõem a Comissão de Saúde do Hospital de

Transplante do Hospital Geral de São Mateus com a revogação da

Portaria - 010/2007, publicada em 16-05-2007.

Artigo 2º - Designar os servidores abaixo, para compor a

Comissão Intra-hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para

Transplante (CHODTT) do Hospital Geral de São Mateus, exercendo

suas atribuições de acordo com o que estabelece o Regulamento

Técnico da referida Portaria:

Dr. Edeio Vieira da Silva Filho - Coordenador Médico UTI

Adulto

Dr. Firmino Haag Ferreira Junior - Supervisor Técnico Equipe

Médica UTI Adulto

Alexandro Castilho Mansano Sanches - Enfermeira-Super-

visora - Centro Cirúrgico

Camila Lima - Enfermeira-Supervisora - UTI Adulto

Maria de Fátima Candido Barroco - Psicóloga

Miriam Silva da Cunha - Assistente Social

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da

publicação.

Portaria - HGSMDMB, de 16-6-2016

O Diretor Técnico do Departamento de Saúde, do Hospital

Geral de São Mateus, considerando o que estabelece a Portaria

do Ministério da Saúde - 1.262, de 16-06-2006, publicada em

DOU de 19-06-2006, que "aprova o Regulamento Técnico para

estabelecer as atribuições, deveres e indicadores de eficiência e

do potencial de doação de órgãos e tecidos relativos às Comis-

sões intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para

Transplante (CHODTT)", delibera:

Artigo 1º - Cessar a partir desta data, a designação dos

servidores que compõem a Comissão de Saúde do Hospital de

Transplante do Hospital Geral de São Mateus com a revogação da

Portaria - 010/2007, publicada em 16-05-2007.

Artigo 2º - Designar os servidores abaixo, para compor a

Comissão Intra-hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para

Transplante (CHODTT) do Hospital Geral de São Mateus, exercendo

suas atribuições de acordo com o que estabelece o Regulamento

Técnico da referida Portaria:

Dr. Edeio Vieira da Silva Filho - Coordenador Médico UTI

Adulto

Dr. Firmino Haag Ferreira Junior - Supervisor Técnico Equipe

Médica UTI Adulto

Alexandro Castilho Mansano Sanches - Enfermeira-Super-

visora - Centro Cirúrgico

Camila Lima - Enfermeira-Supervisora - UTI Adulto

Maria de Fátima Candido Barroco - Psicóloga

Miriam Silva da Cunha - Assistente Social

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da

publicação.

Portaria - HGSMDMB, de 16-6-2016

O Diretor Técnico do Departamento de Saúde, do Hospital

Geral de São Mateus, considerando o que estabelece a Portaria

do Ministério da Saúde - 1.262, de 16-06-2006, publicada em

DOU de 19-06-2006, que "aprova o Regulamento Técnico para

estabelecer as atribuições, deveres e indicadores de eficiência e

do potencial de doação de órgãos e tecidos relativos às Comis-

sões intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para

Transplante (CHODTT)", delibera:

Artigo 1º - Cessar a partir desta data, a designação dos

servidores que compõem a Comissão de Saúde do Hospital de

Transplante do Hospital Geral de São Mateus com a revogação da

Portaria - 010/2007, publicada em 16-05-2007.

Artigo 2º - Designar os servidores abaixo, para compor a

Comissão Intra-hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para

Transplante (CHODTT) do Hospital Geral de São Mateus, exercendo

suas atribuições de acordo com o que estabelece o Regulamento

Técnico da referida Portaria:

Dr. Edeio Vieira da Silva Filho - Coordenador Médico UTI

Adulto

Dr. Firmino Haag Ferreira Junior - Supervisor Técnico Equipe

Médica UTI Adulto

Alexandro Castilho Mansano Sanches - Enfermeira-Super-

visora - Centro Cirúrgico

Camila Lima - Enfermeira-Supervisora - UTI Adulto

Maria de Fátima Candido Barroco - Psicóloga

Miriam Silva da Cunha - Assistente Social

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da

publicação.

Portaria - HGSMDMB, de 16-6-2016

O Diretor Técnico do Departamento de Saúde, do Hospital

Geral de São Mateus, considerando o que estabelece a Portaria

do Ministério da Saúde - 1.262, de 16-06-2006, publicada em

DOU de 19-06-2006, que "aprova o Regulamento Técnico para

estabelecer as atribuições, deveres e indicadores de eficiência e

do potencial de doação de órgãos e tecidos relativos às Comis-

sões intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para

Transplante (CHODTT)", delibera:

Artigo 1º - Cessar a partir desta data, a designação dos

servidores que compõem a Comissão de Saúde do Hospital de

Transplante do Hospital Geral de São Mateus com a revogação da

Portaria - 010/2007, publicada em 16-05-2007.

Artigo 2º - Designar os servidores abaixo, para compor a

Comissão Intra-hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para

Transplante (CHODTT) do Hospital Geral de São Mateus, exercendo

suas atribuições de acordo com o que estabelece o Regulamento

Técnico da referida Portaria:

Dr. Edeio Vieira da Silva Filho - Coordenador Médico UTI

Adulto

Dr. Firmino Haag Ferreira Junior - Supervisor Técnico Equipe

Médica UTI Adulto

Alexandro Castilho Mansano Sanches - Enfermeira-Super-

visora - Centro Cirúrgico

Camila Lima - Enfermeira-Supervisora - UTI Adulto

Maria de Fátima Candido Barroco - Psicóloga

Miriam Silva da Cunha - Assistente Social

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da

publicação.

Portaria - HGSMDMB, de 16-6-2016

O Diretor Técnico do Departamento de Saúde, do Hospital

Geral de São Mateus, considerando o que estabelece a Portaria

do Ministério da Saúde - 1.262, de 16-06-2006, publicada em

DOU de 19-06-2006, que "aprova o Regulamento Técnico para

estabelecer as atribuições, deveres e indicadores de eficiência e

do potencial de doação de órgãos e tecidos relativos às Comis-

sões intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para

Transplante (CHODTT)", delibera:

Artigo 1º - Cessar a partir desta data, a designação dos

servidores que compõem a Comissão de Saúde do Hospital de

Transplante do Hospital Geral de São Mateus com a revogação da

Portaria - 010/2007, publicada em 16-05-2007.

Artigo 2º - Designar os servidores abaixo, para compor a

Comissão Intra-hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para

Transplante (CHODTT) do Hospital Geral de São Mateus, exercendo

suas atribuições de acordo com o que estabelece o Regulamento

Técnico da referida Portaria: